



RELATÓRIO & CONTAS

2013

LENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA

Contas Consolidadas



Índice

I.	Relatório de Gestão	3
II.	Anexo ao Relatório de Gestão	Erro! Marcador não definido.
III.	Balanço e Demonstração de Resultados.....	19
IV.	Demonstração de Fluxos de Caixa	21
V.	Demonstração de Alterações de Capital Próprio	Erro! Marcador não definido. 23
VI.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2013	25

Senhores Acionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos de submetemos à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações de Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivos Anexos, referentes às contas consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

I.1 Enquadramento macroeconómico

Economia Internacional

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade e o comércio mundial iniciaram a sua recuperação em 2013, com particular destaque para o segundo semestre do ano. Nas economias avançadas verificou-se um crescimento da procura e nos mercados emergentes, apesar da procura interna moderada, assistiu-se a um crescimento da atividade económica, principalmente devido à recuperação das exportações.

Nas economias avançadas, destaca-se o reforço do crescimento dos EUA e do Japão e o forte crescimento do Reino Unido. Nos mercados emergentes o PIB da China e da Índia reforçou o seu crescimento, enquanto que o do Brasil abrandou.

Nos EUA a atividade económica registou, no quarto trimestre de 2013, a continuação de um crescimento moderado. Esta evolução foi apoiada por um dinamismo da procura interna privada, especialmente no mercado de habitação, resultado de uma melhoria do mercado de trabalho. Com efeito, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2013, a produção industrial melhorou e as vendas a retalho mantiveram um forte crescimento. Em novembro de 2013, a taxa de desemprego desceu para 7,0% (nível mais baixo dos últimos 5 anos) e a taxa de inflação homóloga subiu para 1,2% (1,0% em Outubro).

Segundo informações divulgadas pela Comissão Europeia, existem cada vez mais indícios de que a economia europeia atingiu um ponto de viragem. Após uma recessão que se prolongou até ao primeiro trimestre de 2013, a economia europeia começou a crescer de novo no segundo trimestre, prevendo-se que o PIB real continue a progredir gradualmente. Em termos anuais, o crescimento real do PIB em 2013 rondará os 0,0% na União Europeia (UE) e -0,4% na Área Euro (AE). Para 2014 espera-se um crescimento económico na ordem dos 1,4% na UE e 1,1% na AE, atingindo respetivamente 1,9% e 1,7% em 2015.

A recuperação económica não se traduz de imediato na criação de emprego. Em 2013 o desemprego permaneceu muito elevado em alguns países da UE. Contudo, nos últimos meses de 2013 assistiu-se a um princípio de estabilização das condições do mercado de trabalho e as perspetivas apontam para um ligeiro declínio do desemprego, para 10,7% na UE e 11,8% na AE até 2015 (embora as diferenças entre países continuem a ser muito acentuadas).

A inflação na AE deverá ser de 1,5% em 2013 e 2014, enquanto que na UE deverá ser 1,7% e 1,6%, respetivamente.

O indicador de confiança dos consumidores recuperou ligeiramente em dezembro de 2013 na AE e na UE, prolongando os respetivos movimentos ascendentes iniciados em janeiro de 2013. De igual forma, o indicador de sentimento económico mantém uma ligeira trajetória positiva na AE e na UE, desde dezembro e outubro de 2012, respetivamente.

Apesar de persistirem riscos negativos para o crescimento mundial, as perspetivas futuras são mais animadoras que no passado. A contribuição das economias emergentes para o crescimento mundial terá tendência a diminuir, mas a recuperação das economias da UE e a consolidação de um novo ciclo de crescimento nos EUA, indiciam que se poderá estar perante a retoma da economia mundial.

Economia Portuguesa

De acordo com o Boletim de Inverno do Banco de Portugal, a atividade económica em Portugal deverá contrair 1,5% em 2013, o que implica uma queda acumulada de 6% desde 2011 a 2013. Apesar dos valores negativos, esta evolução tem subjacente um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em termos homólogos ao longo de 2013.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB registou uma diminuição homóloga de 1,4% em volume em 2013 (variação de -3,2% no ano anterior). A redução menos intensa do PIB em 2013 resultou do contributo menos negativo da procura interna, que passou de -6,9% em 2012 para -2,6%, refletindo a evolução no mesmo sentido do consumo privado e, em menor grau, do investimento. O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB diminuiu, situando-se em 1,2% (3,7% no ano anterior), em resultado da desaceleração das exportações de bens e serviços. Ainda assim, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 5,9% em 2013. Para 2014 e 2015 perspectiva-se um crescimento de 5,5% e 5,4%, respetivamente.

O indicador de clima económico tem vindo a recuperar desde janeiro de 2013, tendo atingido em dezembro de 2013 o valor mais elevado desde janeiro de 2011. Em termos homólogos, registou-se um crescimento da produção industrial e uma diminuição menos significativa da atividade económica nos serviços e na construção e obras públicas.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) em 2013 registou uma taxa de variação média de 0,3% (2,8% em 2012). A redução da taxa de variação dos produtos energéticos contribuiu de forma significativa para desaceleração do IPC em 2013. Esta redução tem subjacente a diminuição do preço dos combustíveis, bem como a dissipação do efeito do aumento da taxa do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) do gás e da eletricidade, em outubro de 2011. A variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) diminuiu para 0,4% em 2013 (2,8% em 2012).

O consumo privado em Portugal terá registado um menor ritmo de queda ao longo de 2013, projetando-se uma redução de 2% em termos médios anuais, após uma contracção de 5% em 2012. Para 2014 e 2015 prevê-se um crescimento moderado de 0,3% e 0,7%, respetivamente.

O indicador de Formação Bruta de capital Fixo (FBCF) diminuiu de forma menos acentuada em 2013, resultado do contributo negativo menos significativo das componentes de construção e de máquinas e equipamentos e do contributo positivo, ligeiramente mais expressivo, da componente de material de transporte.

Em 2013, o emprego deverá continuar a reduzir-se, embora a um ritmo menor do que no ano anterior (-2,9% face a -4,2% em 2012), perspetivando-se um crescimento de 0,5% para 2014 e 2015.

Segundo as projeções do Banco de Portugal, perspectiva-se uma recuperação gradual da economia portuguesa, devendo registar, já a partir do final de 2013, taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável deverá assentar na robustez das exportações de bens e serviços e na aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial. O comportamento recente das exportações tem revelado a capacidade das empresas portuguesas para encontrar novos mercados. No entanto, ainda existem alguns constrangimentos estruturais que continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa num futuro.

1.2 Enquadramento sectorial

O setor da construção e obras públicas foi um dos sectores mais afetados pela crise da dívida que se vive em Portugal. Os bancos congelaram o crédito, o que impediu a realização de obras. O investimento público também foi travado, uma vez que o Estado ficou praticamente impossibilitado de assumir novos compromissos com a assinatura do memorando de entendimento, em Abril de 2011. As descidas do índice da produção continuam a ocorrer tanto na construção de edifícios como na engenharia civil.

O ano de 2013 foi o décimo segundo ano consecutivo de redução de actividade das empresas do sector da construção, com a procura dirigida ao Sector a atingir mínimos históricos no decurso do ano. As estimativas apontam para uma queda global da produção do sector da construção de 15% em 2013, em resultado de uma queda na produção de 18% nos edifícios residenciais, de 13,8% nos edifícios não residenciais e de 14% nas obras públicas.

Assistiu-se, contudo, no 2º Semestre, a uma ligeira melhoria, quer do investimento em construção, quer do VAB do Sector da Construção, face aos mínimos históricos registados nos primeiros meses de 2013, mas que, face ao ano de 2012, continuam a registar quedas expressivas.

No que diz respeito ao emprego no setor, o número de desempregados oriundos de empresas do setor da Construção inscritos nos Centros de Emprego do IEFP reduziu-se para 94.114, o que traduz uma quebra de 10.9%, face aos 105.636 registados em Dezembro de 2012.

No mercado de obras públicas, verifica-se que em 2013 foram abertos 1.856 concursos no valor de 1.734,3 M Euros, o que traduz um ligeiro aumento face aos 1.695,9 M Euros dos concursos abertos em 2012. Quanto aos concursos públicos adjudicados em 2013, observa-se um forte decréscimo em termos homólogos, de 20% para os 948,9M Euros, face aos 1.174,5M Euros em concursos adjudicados no ano anterior.

Ao nível do licenciamento habitacional, verificou-se até novembro, uma redução de 30%, das licenças emitidas para construção nova e de 22% nas licenças para reabilitação, face ao período homólogo. Relativamente ao licenciamento de edifícios não residenciais, a informação disponibilizada pelo INE até Outubro revela uma contração de 6.6% na área total licenciada, o que traduz uma redução de 118 mil m2 face ao período homólogo.

Embora a um ritmo menos intenso, o sector da construção em Portugal continua a comprimir, o que leva a que as empresas de construção intensifiquem a sua presença nos mercados internacionais, de modo a ficarem menos dependentes dos negócios em Portugal.

1.3 Atividade da empresa

Em 2013 a Lena Engenharia e Construções, S.A., desenvolveu a sua atividade no segmento de engenharia e construção, principalmente nos mercados de Portugal, Angola, Argélia e Venezuela.

Na sequência do processo de consolidação e simplificação societária desenvolvido nos últimos anos, procedeu-se em 2013 à fusão por incorporação de sete sociedades que desenvolviam atividades complementares à construção. Simplificámos estruturas que permitiram aumento da eficiência e da eficácia das equipas e obtenção de sinergias que decorrem de uma abordagem integrada dos diversos projetos nacionais e internacionais.

O volume de negócios da Lena Engenharia e Construções, S.A. consolidado, atingiu em 2013 o montante de 328,4 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 8% face ao volume de negócios de 2012.

Esta evolução ficou marcada por um decréscimo da atividade em Portugal, decorrente do contexto económico adverso vivido no sector da construção nacional, e por um importante crescimento da atividade na área internacional cujo contributo poderia ter sido maior, não fosse a valorização do euro face às moedas dos países onde marcamos presença.

Nacional

Num ano de forte quebra de investimentos na construção, o volume de faturação nacional da Lena Engenharia e Construções, S.A. e suas participadas atingiu o montante de 77,1 Milhões de Euros.

Do valor de faturação indicado, cerca de 54% corresponde a obras de Barragens, 38% corresponde a obras de construção civil e os restantes 8% a obras de vias de comunicação (estradas e vias férreas), infra estruturas gerais e ambiente.



Laboratório Veterinário dos Açores

A parcela respeitante às obras de construção civil representa uma variedade grande de empreendimentos, nomeadamente escolas, unidades de saúde, edifícios, entre outras.

Do conjunto de obras em curso no ano em apreciação, destacamos a continuação dos trabalhos da empreitada de Aproveitamento Hidroelétrico da Barragem do Baixo Sabor. Este empreendimento está a cargo do Agrupamento “Baixo Sabor – Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construções, ACE, onde a Lena Engenharia e Construções, S.A. participa em 50%.



Barragem do Baixo Sabor

Internacional

A atividade internacional da Lena Engenharia e Construções, S.A. e participadas tem vindo a fortalecer-se, resultado da dinâmica comercial e do empenho das Comissões Executivas de cada um dos países. O ano de 2013 solidificou a aposta efetuada nos mercados internacionais.

O Volume de Negócios na área internacional registou um crescimento de 26% face ao ano anterior, confirmando assim a aposta clara na internacionalização, iniciada há mais de 10 anos. Representando em 2013 cerca de 76% do volume global de negócios. Para este crescimento contribuíram principalmente nos mercados de Angola, Argélia e Venezuela.

Angola

A Lena Engenharia e Construções, S.A. está atualmente presente em nove das dezoito províncias de Angola com atividade crescente principalmente nos segmentos da construção e reabilitação de edifícios (residenciais e não residenciais), vias de comunicação e infraestruturas de ambiente.

Das principais obras realizadas, destacam-se:

- Reabilitação da Estrada entre Lucusse e Lumbala N'Guimbo
- Construção Centro Toxicodependentes do Bengo

- Urbanização das Palmeiras (1ª Fase)



Reabilitação da Estrada entre Lucusse e Lumbala



Urbanização das Palmeiras

Argélia

O crescimento neste mercado está sustentado nas obras de Vias de Comunicação e Construção Civil. Ao longo dos últimos anos, tem demonstrado reconhecidas competências na construção de infra-estruturas hospitalares, marítimas, vias de comunicação e, mais recentemente, edifícios residenciais e parques de estacionamento.

Das obras em curso durante o ano de 2013, destacamos a construção do Hospital de Tamanrasset e o Hospital de Blida.



Hospital Blida

É um mercado consolidado e com um potencial de crescimento muito elevado, alicerçado na experiência e saber das equipas em obras de Construção Civil e Vias de Comunicação. A carteira de obras permite-nos assegurar a sustentabilidade do negócio para os próximos anos.

Marrocos

A atividade de 2013 no mercado Marroquino fica marcada pela reativação da atividade comercial neste país, do departamento de orçamentação e dos contactos locais.

Mantemos a expectativa de angariar algumas obras com valor acrescentado para a Lena Engenharia e Construções, S.A., aproveitando a experiência, o conhecimento deste mercado.

Moçambique

O mercado Moçambicano é uma aposta recente da Lena Engenharia e Construções, SA, marcado pelo dinamismo e crescimento.

A atividade em 2013 caracterizou-se pela angariação de novas empreitadas que resultaram do trabalho comercial iniciado em 2012 e do reconhecimento, por parte do mercado local, das competências já evidenciadas.

Das principais obras, destacam-se:

- Reabilitação da Oficina do Grupo Entrepasto de Moçambique
- Reabilitação da pista 05/23 do Aeroporto Internacional de Maputo
- Reparação das áreas de manobra do Aeroporto de Pemba.



Áreas de manobra do Aeroporto de Pemba



Pista 05/23 do Aeroporto Internacional de Maputo



Oficina do Grupo Entrepasto

Europa de Leste

Na Roménia desenvolvemos trabalhos de infraestrutura, estradas, redes de água e esgoto, electricidade, gás, telecomunicações e espaços verdes para o Centro Comercial “Ansamblu Rezidential Baneasa”.

Na Bulgária continuamos envolvidos na obra do Lote 22B (obra de reabilitação de estrada nacional, com 78.731 km), e na obra do Lote 4 (“Road II-73 Shumen- Karnobat”- estrada nacional com 90.324 km).

Nestes mercados mantivemos em 2013 uma forte atividade comercial marcada pela participação em diversos concursos públicos.

Face ao vasto programa de investimentos públicos previstos para a Europa de Leste, em 2014 a Lena apostará sobretudo nos concursos públicos de empreitadas nas áreas de infraestruturas, vias de comunicação e ambiente.

Venezuela

No âmbito do projeto “*Gran Misión Vivienda Venezuela*”, a Lena Engenharia e Construções, S.A. celebrou em 2010 um contrato de obra e transferência tecnológica para a instalação de 2 fábricas de sistemas pré-fabricados e edificação de 12512 apartamentos.

A empreitada relativa à construção das fábricas e das habitações desenvolve-se nas áreas geográficas de Cúa e Ocumare del Tuy.

Durante o exercício de 2013, as fábricas entraram em plena laboração com a produção de painéis pré-fabricados para incorporação na construção dos edifícios.

Com uma importante mobilização de meios técnicos e humanos, intensificámos os trabalhos de infraestruturas e de construção de edifícios em Cua e Ocumare del Tuy, que permitiram ainda em 2013 a entrega dos primeiros 840 apartamentos ao Estado Venezuelano.



Urbanização Cua

O projeto “*Gran Misión Vivienda Venezuela*” tem sido um grande desafio, pela dimensão dos meios humanos e técnicos envolvidos, pela exigência ao nível de engenharia e logística, que obrigam a uma planificação meticulosa e a aperfeiçoamentos constantes. Pretendemos sempre garantir o rigor e a qualidade de construção que nos caracteriza, de forma a ir ao encontro das expectativas e exigências do nosso cliente.

O projeto tem dado um importante contributo às exportações portuguesas para a Venezuela, e tem sido um apoio para a internacionalização de muitas empresas nacionais que se instalaram neste país para prestar serviços a Lena Engenharia e Construções, S.A..

I.4 Investimentos

Os investimentos representaram cerca de 8,2 milhões de euros, fundamentalmente na área internacional e incidiram em máquinas e equipamento de construção na ordem dos 3 milhões de euros e equipamento de transporte cerca de 2 milhões de euros.

Foi um ano de reduzido investimento a nível nacional, sobretudo de reorganização e consolidação de estruturas visando as expectativas do próximo Quadro Comunitário. E de investimentos mais significativos nos países com maior concentração de actividade, como é o caso de Angola e Venezuela.

I.5 Recursos Humanos

1.5.1 Iniciativas desenvolvidas ao nível da gestão do capital humano

Consolidados que estão os princípios e linhas de orientação estratégica em matéria de desenvolvimento de recursos humanos no seio do Grupo Lena, tem-se vindo a implementar e a consolidar, progressivamente, no âmbito da Gestão do Capital Humano da Lena Engenharia e Construções, S.A., um conjunto de iniciativas focalizadas no cumprimento dos eixos estratégicos de recursos humanos estabelecidos no Plano Estratégico do Grupo Lena:

1. Delegação e motivação
2. Estabilidade das equipas diretivas

Eixos estes, sempre aliados à promoção de uma cultura homogénea e partilhada, à internacionalização e mobilidade de quadros.

Apresentam-se assim, os aspetos mais relevantes das iniciativas desenvolvidas ao nível do incremento do capital humano na Lena Engenharia e Construções, S.A. em 2013 para o cumprimento destes eixos estratégicos:

1) Formação

O desenvolvimento de competências de forma sustentada para o sucesso do negócio e das pessoas continuou a ser uma aposta.

Durante o ano de 2013 foram ministradas na Lena Engenharia e Construções, S.A. um volume total de 5.673 horas de formação certificada.

2) Sistema de avaliação de desempenho:

Porque não gerimos aquilo que não medimos, avaliar o desempenho é a única maneira de melhorar a performance. Não é possível melhorar sem avaliar!

Assente nos pressupostos da cultura organizacional e da melhoria da performance o Sistema de Avaliação de Desempenho é, necessariamente, um instrumento para a delegação de objectivos por toda a estrutura da empresa.

O Sistema de avaliação de desempenho pretende desta forma cultivar a meritocracia, premiando a capacidade que cada colaborador tem para concretizar os objetivos propostos, assegurando a maximização dos esforços individuais no sentido dos objetivos coletivos.

Em 2013, 99% dos colaboradores da Lena Engenharia e Construções S.A. foram avaliados com fixação de objectivos SMART permitindo assim a delegação e responsabilização do topo até à base, sendo de destacar que para além dos

colaboradores que desempenham funções no mercado nacional, também estão incluídos os colaboradores ao serviço em Angola, Venezuela, Moçambique, Argélia, Roménia, Marrocos e Bulgária.

Desta forma, o Sistema de avaliação de desempenho da Lena Engenharia e Construções, S.A. compromete o desempenho individual com os resultados da equipa, da empresa e do Grupo, por forma a incutir corresponsabilização, cooperação e coesão no seio das equipas de trabalho.

3) A Estabilidade das Equipas Diretivas

A implementação de qualquer estratégia pressupõe, além da organização, funções e responsabilidades bem definidas, a estabilidade das equipas diretivas. Por isso, é estratégico escolher bem as lideranças, esclarecer o que queremos delas, acompanhar a sua ação e dar tempo para a implementação. O que é estratégico não se implementa no curto prazo.

Assim, em 2013 continuámos a monitorizar um indicador de estabilidade das equipas diretivas. Em toda a estrutura da Lena Engenharia e Construções, S.A., medimos a capacidade das nossas equipas garantirem a estabilidade ao longo do ano.

O indicador teve como objetivo 100% de estabilidade das equipas, com enfoque para a estabilidade das equipas diretivas internacionais.

4) Satisfação dos colaboradores:

Em final de 2013 voltou-se a aferir o grau de satisfação dos colaboradores através de inquérito que permitiu avaliar a evolução do clima organizacional nos cinco fatores associados aos níveis de satisfação e motivação profissional.

Esta avaliação da satisfação de 2013, através dos fatores: satisfação na função, satisfação com as equipas de trabalho, com a chefia, com o salário e com a cultura revela que o grau de satisfação/motivação dos colaboradores da Lena Engenharia e Construções, S.A. é de 78%.

5) Bolsas Estudo Grupo Lena

Em 2013, garantir o apoio social aos colaboradores da Lena Engenharia e Construções, S.A., voltou a ser uma prioridade.

Queremos que a nossa responsabilidade social comece junto dos nossos colaboradores, por isso, estamos atentos ao desenvolvimento económico e social dos mesmos e contemplámos aqueles que evidenciaram uma situação económica e financeira carenciada com a atribuição de Bolsas de Estudo para o ano letivo em curso para colaboradores-estudantes e filhos de colaboradores que frequentem o ensino secundário, técnico profissional ou superior.

6) Código de ética e conduta

A identidade das empresas e a sua imagem resultam cada vez mais, não só do seu desempenho económico-financeiro, mas também de um conjunto de princípios, valores e comportamentos de ética nelas existentes.

A dimensão e ambição da Lena Engenharia e Construções, S.A. obrigam a que sejamos reconhecidos, nacional e internacionalmente, interna e externamente como uma organização que pauta a sua atuação com base em critérios éticos, não descurando o impacto que as suas decisões, modos de atuação e comportamentos têm sobre os seus órgãos decisores, dirigentes, clientes, fornecedores, colaboradores, entidades reguladoras e público em geral.

Desta forma, e decorrente da forte aposta na internacionalização, em 2013 concretizou-se uma revisão ao Código de Ética e Conduta em linha com o que aconteceu no Grupo Lena, incorporando novas normas e princípios de actuação essencialmente relacionadas com as relações internacionais e respeito pelas diferenças culturais e religiosas de cada país onde a Lena Engenharia e Construções, S.A. se encontra presente.

7) Programa de desenvolvimento de competências para a internacionalização (PDCI)

Cumprindo um dos objetivos estratégicos de gestão de recursos humanos, a Lena Engenharia e Construções, em 2013, concretizou um programa de acolhimento e integração de jovens talentos em início de carreira profissional, designado de Programa de Desenvolvimento de Competências para a internacionalização.

Este programa visa “formar à medida” jovens de elevado potencial em início de carreira, com diferentes *backgrounds* académicos de base e com habilitações ao nível da Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação ou MBA, habilitando-os para o eventual desempenho de funções futuras.

Após um rigoroso processo de seleção de competências empreendido foram selecionados 13 jovens oriundos das seguintes áreas de formação superior: Ambiente e Energia, Gestão e Economia, Engenharia Eletrotécnica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil.

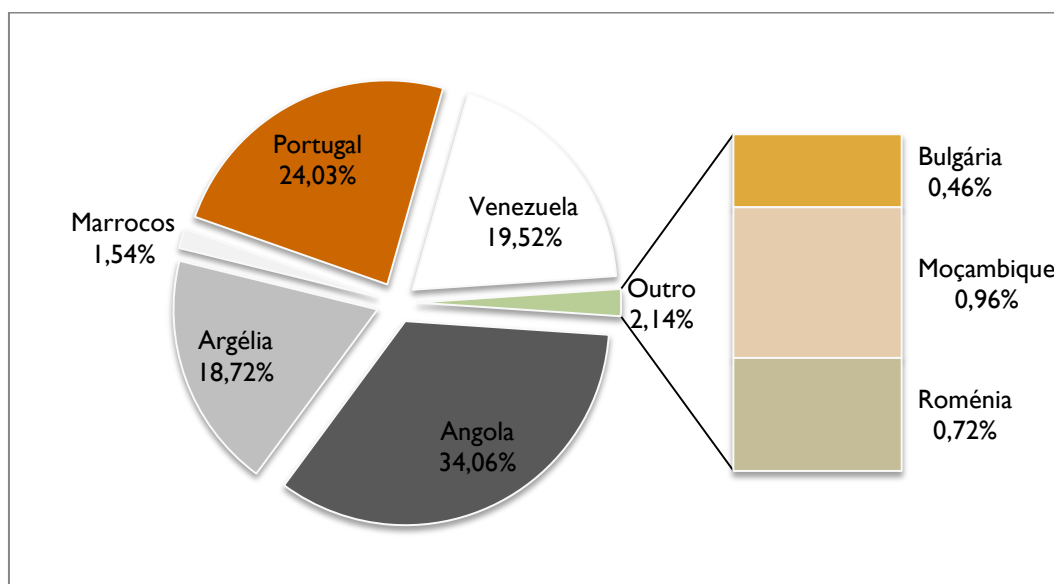
Ao longo de 12 meses, estes jovens estão a frequentar um programa que está estruturado em duas componentes:

- Componente Formativa: de carácter formativo multidisciplinar, com enfoque na área internacional dos mercados de atuação da Lena Engenharia e Construções.
- Componente Prática: integração em contexto real de trabalho, visando a integração na vida ativa, complementando a qualificação preexistente com uma formação prática a decorrer em contexto laboral que permita a posterior introdução de resultados concretos nas empresas, bem como o desenvolvimento técnico, profissional e humano dos participantes.

1.5.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DOS COLABORADORES

A Lena Engenharia e Construções, S.A. contou em 2013, em média, com 1798 colaboradores distribuídos pelos 8 países em que opera.

Dispersão geográfica dos colaboradores (por mercados internacionais)



Em 2013, 76% dos colaboradores desempenham funções nos mercados internacionais de presença da Lena Engenharia e Construções S.A..

Em 2013, verifica-se um aumento no número de colaboradores face a 2012 decorrente das fusões ocorridas e do crescimento verificado nos mercados internacionais.

A idade média dos colaboradores da Lena Engenharia e Construções, S.A. é de 42 anos e 18% dispõem de habilitações literárias de ensino superior.

A antiguidade média dos colaboradores da Lena Engenharia e Construções, S.A. é 6 anos.

I.6 Matérias ambientais

Matérias ambientais

Dada a sua natureza a área da Construção é em termos ambientais, uma das que muito contribui para o aumento dos impactos ambientais negativos. A Lena Engenharia e Construções, S.A. tem, por isso, desenvolvido esforços no sentido da minimização desses mesmos impactes através da adoção de práticas preventivas no seu desempenho que lhe permitam obter um desenvolvimento sustentável na sua atividade.

Desta forma a empresa contribuiu para a redução dos impactos ambientais e diminuiu os principais resíduos produzidos e que são os seguintes:

Sigla	Tipo de Resíduo	Exemplos de Resíduos
RIB	Resíduos Industriais Banais	Papel, embalagens de plástico e papelão, tinteiros, resíduos metálicos, águas e lamas de fossas sépticas, entre outros.
RC&D	Resíduos de Construção e Demolição	Betuminoso, betão, madeira, tijolos, solos contaminados, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, entre outros.

A preservação do ambiente é um objetivo estratégico que não está dissociado dos objetivos do negócio nem da sua atividade. Isto é claramente visível na tipologia de projetos que são desenvolvidos.

Na avaliação dos projetos, a preservação dos recursos naturais, a eficiência energética e consequente diminuição dos impactes da atividade são cada vez mais, fatores que proporcionam benefícios e estimulam a inovação.

Sistema integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho

A Lena Engenharia e Construções, S.A. tem definido e implementado um Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde do Trabalho, desenvolvidos segundo as normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001, respetivamente.

O âmbito da certificação da empresa na norma NP EN ISO 9001 está implementado no “Projeto e construção de vias de comunicação e engenharia civil. Projeto e construção geral de edifícios”, permitindo-nos assim responder às exigências dos projetos por nós alcançados ou em carteira.

Modelo do sistema gestão da qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade assenta no conceito de um ciclo de melhoria contínua, permitindo adequa-lo à atividade da empresa. A exigência de interligar vários sistemas de modo a obter uma maior eficiência, permitiu ao próprio sistema da Lena Engenharia e Construções, S.A. melhorias significativas, sendo o Mapa de Processos adequado à organização.

Do processo de gestão e de melhoria resultam definições de produto ou serviço, tidas em conta no processo produtivo. Deste (s) processo (s) resulta o produto, diretamente relacionado com a cadeia de valor da organização.

Para suportar o negócio definimos um processo de gestão de recursos humanos, como único processo de suporte. Os restantes recursos necessários à produção do serviço ou fabrico do produto são subcontratados.

Modelo do sistema segurança e sistema ambiental

Com a constante otimização de recursos e processos, e de forma a dar resposta às alterações legislativas em tempo útil, e com o objetivo de cumprimento do requisito da aplicação da legislação, foi implementada uma ferramenta informática de controlo da legislação. Desde 2011 que foi criado um perfil por obra dando a possibilidade aos técnicos de avaliarem a conformidade legal.

O Decreto-Lei 147/2008 de 29 de Julho, estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais. Este diploma aplica-se aos danos ambientais, bem como às ameaças iminentes desses danos, causados em resultado do exercício de uma qualquer atividade desenvolvida. A empresa assegura o cumprimento deste diploma.

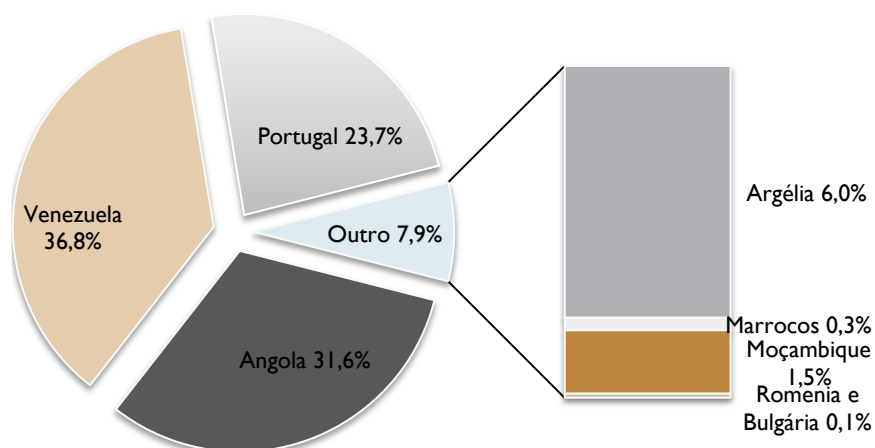
1.7 Análise económico-financeira

As demonstrações financeiras consolidadas de 2013 da Lena Engenharia e Construções, S.A. não são globalmente comparáveis com as de 2012 devido às fusões que ocorreram durante o exercício.

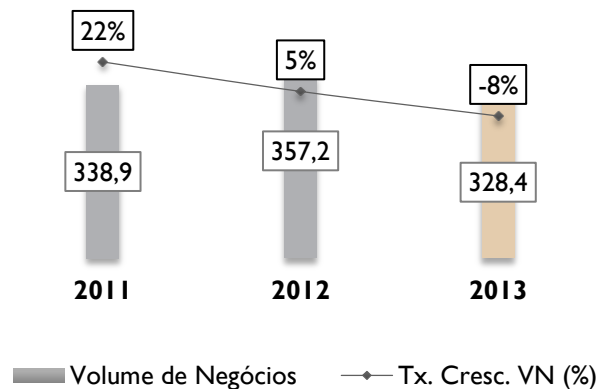
Rendimentos e Gastos

Em 2013, a Lena Engenharia e Construções, S.A., atingiu um volume de negócios no montante de 328,4 milhões de euros, sendo que 251,3 milhões de euros foram concretizados no mercado internacional e 77,1 milhões de euros foram realizados no mercado interno.

O mercado da Venezuela foi que mais contribui para o volume de negócios da empresa, conforme se observa no gráfico abaixo:

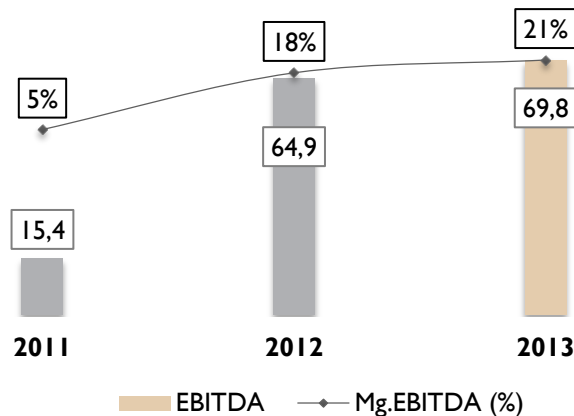


O gráfico seguinte mostra evolução anual do volume de negócios durante os últimos três exercícios.



Ao nível dos gastos operacionais, o peso dos fornecimentos e serviços externos no volume de negócios ascende a 64% enquanto que o da rubrica de pessoal ascende a 13%.

O EBITDA atingiu em 2013 os 69,8 milhões de euros, conforme gráfico que se apresenta de seguida:



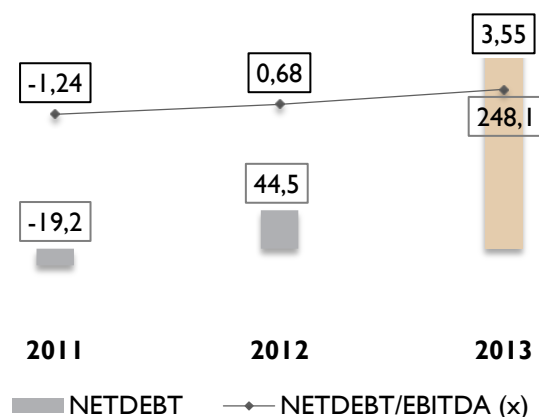
O resultado líquido do exercício ascendeu a 24 milhões de euros, representando uma rentabilidade líquida das vendas de 7%, em linha com a do ano anterior.

Situação Financeira

Destaca-se em 2013 a conclusão do processo de reestruturação da dívida financeira com as principais entidades bancárias que se traduziu no alargamento da maturidade da dívida e a revisão das condições de financiamento.

A situação financeira evidencia um indicador liquidez geral de 140%. A autonomia financeira foi de 9,3% verificando-se uma ligeira redução face ao exercício anterior em resultado do acréscimo de 120 milhões de euros no ativo líquido total.

Apesar do aumento verificado em 2013 na dívida líquida, o rácio Netdebt/EBITDA apresenta níveis sustentáveis em face do CashFlow gerado pelas operações.



No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores financeiros da empresa:

Indicadores	31-12-2013	31-12-2012
Volume de Negócios	328.354.189,69	357.238.909,93
Resultado Operacional	57.586.409,29	48.598.833,88
EBITDA*	69.822.389,79	64.878.036,94
Resultado Líquido	23.920.170,04	26.202.842,21
Rentabilidade Líquida das Vendas	7,28%	7,33%
Capital Próprio	79.531.989,40	81.250.645,45
Activo Líquido	859.064.996,11	738.996.224,95
Autonomia Financeira	9,26%	10,99%
Dívida Financeira Líquida	248.129.748,08	44.151.014,01
Dívida Financeira Líquida (CP+MLP) / EBITDA	3,55	0,68

*(Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos + (-Imparidades) + (-Provisões) + (-Aumentos / Reduções Justo Valor))

I.8 Perspetivas de evolução

Mercado Nacional

Apesar da expectável estagnação do sector da construção em Portugal, e da previsível redução do volume de negócios nesta geografia, iremos contudo manter dinâmica comercial que permita a presença nos concursos que vão sendo lançados, sempre com garantia de manutenção das margens operacionais.

Com a aprovação de novos apoios comunitários, no âmbito do Quadro de Estratégia Comum (QEC 2014-2020), e do Plano Estratégico dos Transportes e Infra-estruturas apresentado pelo Governo Português, não podemos deixar de encarar com alguma expectativa os próximos anos do sector da construção em Portugal.

Mercado Internacional

Alicerçado na estratégia definida, o enfoque da Lena Engenharia e Construções, S.A. continuará centrado nos mercados externos, onde se esperam os maiores crescimentos da carteira de obras e o maior contributo em volume de negócios.

Neste cenário, a consolidação da actividade na Venezuela, Angola e Argélia, a resposta aos investimentos comerciais na Europa Central e Marrocos e a diversificação para os novos mercados da Colômbia e México, em muito contribuirão para a sustentabilidade e crescimento do negócio.

I.9 Resultados

O resultado líquido no exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 atribuível aos detentores de capital da empresa mãe foi de 23.847.830,23 euros e o resultado líquido atribuível a interesses minoritários foi de 72.339,81 euros.

Agradecimentos.

Na expectativa de ter correspondido aos anseios dos nossos parceiros, queremos expressar igualmente o especial agradecimento ao Fiscal Único, aos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, e demais Instituições Financeiras, Públicas e Privadas que com elevado grau de profissionalismo, colaboraram na realização da nossa Missão.

Quinta-da-Sardinha, 13 de maio de 2014

O Conselho de Administração

.....
Joaquim Paulo Cordeiro da Conceição

.....
Paulo Miguel Gonçalves da Silva Reis

.....
Amílcar José Cortês Pinto Guerreiro

.....
Manuel de Sousa Pereira

II. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Artigo 447º C.S.C.

Os membros de órgãos de administração e fiscalização não são detentores de qualquer ação da empresa.

Artigo 448º C.S.C.

Publicidade de participações de acionistas:

Lena Engenharia e Construção, SGPS, S.A.	100,00%
--	---------

III. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Balanço Consolidado

(Montantes expressos em Euros)			
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3-8	38.388.855,75	33.744.361,63
Propriedades de investimento	12		
Goodwill	3-7-15-37	80.912.777,90	17.554.254,57
Activos intangíveis	3-7	645.586,47	1.057.740,56
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3-16	491.509,53	4.477.525,57
Participações financeiras - outros métodos	3-16	3.633.720,80	12.819.995,64
Accionistas/sócios	6	11.672.266,56	13.897.885,05
Outros activos financeiros	16	33.635.162,75	21.284.204,90
Outros Activos não Correntes	28	12.377.967,39	3.494.006,89
Activos por impostos diferidos		1.575.545,90	755.956,47
Total Activo não Corrente		183.333.393,04	109.085.931,27
Activo corrente			
Inventários	3-19	31.849.198,77	18.831.864,46
Activos biológicos			
Clientes	3-13-28	274.476.354,23	288.671.114,63
Adiantamentos a fornecedores		34.264.042,28	35.712.716,79
Estado e outros entes públicos	36	15.182.809,76	11.624.729,63
Accionistas/sócios	6	94.033.052,91	66.945.608,24
Outras contas a receber	28	120.917.995,45	104.505.904,47
Diferimentos		1.236.984,22	5.323.614,34
Activos financeiros detidos para negociação		27.872.636,83	
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda	9		
Caixa e depósitos bancários	4	75.898.528,62	98.294.741,12
Total Activo Corrente		675.731.603,07	629.910.293,68
Total do Activo		859.064.996,11	738.996.224,95

Balanço Consolidado

		(Montantes expressos em Euros)	
RUBRICAS	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		50.000.000,00	50.000.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão			
Reservas legais		3.713.319,23	2.224.812,63
Outras reservas		25.970.465,47	25.970.465,47
Resultados transitados		-18.339.503,50	-32.649.469,58
Ajustamentos em activos financeiros		9.858.955,24	10.165.089,10
Excedentes de revalorização		2.117.624,90	
Outras variações no capital próprio		-20.010.356,01	-742.390,68
	37	53.310.505,33	54.968.506,94
Resultado líquido do período		23.847.830,23	26.183.366,60
Interesses minoritários	38	2.373.653,84	98.771,91
Total do capital próprio		79.531.989,40	81.250.645,45
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	22	4.709.967,11	3.390.855,81
Financiamentos obtidos	28	286.572.396,50	50.642.145,55
Financiamentos obtidos - Partes Relacionadas	6	674.210,36	518.324,09
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	28	3.679.847,93	3.914.711,53
Total Passivo não Corrente		295.636.421,89	58.466.036,98
Passivo corrente			
Fornecedores		93.247.582,21	92.321.469,92
Adiantamentos de clientes		205.941.118,27	218.432.961,70
Estado e outros entes públicos	36	5.833.273,71	5.843.445,67
Accionistas/sócios		117.154,07	115.698,94
Financiamentos obtidos	28	37.455.880,20	91.803.609,58
Financiamentos obtidos - Partes Relacionadas	6	754,08	9.042,79
Outras contas a pagar	28	21.311.478,80	33.178.183,01
Diferimentos		119.989.343,49	157.575.130,91
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do Passivo Corrente		483.896.584,82	599.279.542,52
Total do Passivo		779.533.006,71	657.745.579,50
Total do Capital Próprio e do Passivo		859.064.996,11	738.996.224,95

Demonstração dos resultados por naturezas

		(Montantes expressos em Euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2013	31-12-2012
Vendas e serviços prestados	21	328.354.189,69	357.238.909,93
Subsídios a exploração	23	41.301,39	7.725,92
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas empreendimento	16	-584.500,26	-632.193,38
Variação nos inventários da produção	19	859.490,27	-2.941,38
Trabalhos para a própria entidade		14.071,89	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-57.745.276,36	-78.958.976,35
Fornecimentos e serviços externos	32	-209.344.082,18	-192.072.487,43
Gastos com o pessoal	31	-42.471.015,51	-29.047.420,53
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13	-3.298.713,11	-9.353.361,10
Provisões (aumentos/reduções)	22	38.170,69	-936.670,47
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	33	120.383.512,00	13.643.760,17
Outros gastos e perdas	34	-69.685.301,15	-5.298.340,01
do antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		66.561.847,37	54.588.005,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7-8	-8.975.438,08	-5.989.171,49
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
do operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		57.586.409,29	48.598.833,88
Juros e rendimentos similares obtidos	35	6.170.259,23	6.261.357,49
Juros e gastos similares suportados	35	-38.562.542,04	-26.131.113,73
Resultados antes de impostos		25.194.126,48	28.729.077,64
Imposto sobre o rendimentos do período	26	-1.273.956,44	-2.526.235,43
Resultado líquido do período		23.920.170,04	26.202.842,21
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		23.847.830,23	26.183.366,60
Interesses minoritários	38	72.339,81	19.475,61

IV. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)			
RUBRICAS	Notas	31-12-2013	30-12-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		278,036,650.84	340,243,344.66
Pagamentos a Fornecedores		-273,865,968.45	-391,235,611.64
Pagamentos ao Pessoal		-30,463,274.37	-21,396,439.50
Caixa gerada pelas operações		-26,292,591.99	-72,388,706.48
Pagamento / Recebimento do Imposto Sobre o Rendimento		-3,527,132.26	-672,305.56
Outros Recebimentos / Pagamentos		-52,907,755.49	-27,062,091.37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-82,727,479.74	-100,123,103.41
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. DE INVESTIMENTO			
Pagamentos Respeitantes a :			
Activos Fixos Tangíveis		-1,613,320.32	-1,285,100.20
Activos Intangíveis			-47,900.00
Investimentos Financeiros		-2,132.59	-655,358.75
Outros Activos		-35,167,000.00	-26,299,367.45
Recebimentos Provenientes de :			
Activos Fixos Tangíveis		1,867,114.49	1,816.84
Activos Intangíveis		122.73	
Investimentos Financeiros		27,872,636.83	2,131,978.21
Outros Activos		35,167,042.77	16,478,689.47
Subsidios ao Investimento			
Juros e Rendimentos Similares		888,306.24	4,171,345.90
Dividendos		250,000.00	1,350,922.77
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		29,262,770.16	-4,152,973.22
FLUXOS DE CAIXA DAS ACT. DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos Provenientes de :			
Empréstimos Obtidos		511,518,464.33	213,736,865.35
Realizações de Capital e Outros Instrumentos de Capital		1.00	5,590,039.93
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		174,935,483.96	11,582,133.39
Pagamentos Respeitantes a :			
Empréstimos Obtidos		-381,787,002.98	-182,077,745.75
Juros e Gastos Similares		-14,918,461.37	-11,116,911.61
Dividendos		-683,919.44	-3,150,354.03
Reduções de Capital e Outros Inst. de Capital Próprio		-17,249.16	
Outras Operações de Financiamento		-254,673,107.36	-1,997,892.82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		34,374,208.98	32,566,134.48
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)		-19,090,500.61	-71,709,942.16
Efeito das Diferenças de Câmbio		-11,163,307.38	576,681.57
Efeito da Alteração de Perímetro		7,857,595.49	184,669.79
Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício	4	98,294,741.12	169,243,331.93
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	4	75,898,528.62	98,294,741.12

V. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL DE PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6	50.000.000,00				2.224.812,63	25.970.465,47	-16.390.744,17	11.224.994,69		255.148,15	-7.371.192,30	45.925.504,47	66.901.575,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
	7							-16.358.725,41	-1.071.905,59		-997.558,83	7.371.192,30	-10.956.997,53	-896.775,09
								-16.358.725,41	-1.071.905,59		-997.558,83	7.371.192,30	-10.956.997,53	-896.775,09
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											26.183.366,60	26.183.366,60	19.475,61
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											33.554.558,90	15.226,369,07	-877.299,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+7+8+10	50.000.000,00				2.224.812,63	25.970.465,47	-32.649.469,58	10.165.089,10		-742.390,68	26.183.366,60	81.151.873,54	98.771,91
														81.250.645,45

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)														
DESCRICÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total
6		50.000.000,00				2.224.812,63	25.970.465,47	-32.649.469,58	10.165.089,10		-742.390,68	81.151.873,54	98.771,91	81.250.645,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
7						1.488.506,60		14.309.966,08	-306.133,86	2.117.624,90	-19.267.965,33	-26.183.366,60	-27.841.368,21	2.202.542,12
						1.488.506,60		14.309.966,08	-306.133,86	2.117.624,90	-19.267.965,33	-26.183.366,60	-27.841.368,21	2.202.542,12
8														
9=7+8														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
10														
6+7+8+10														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013														
		50.000.000,00				3.713.319,23	25.970.465,47	-18.339.503,50	9.858.955,24	2.117.624,90	-20.010.356,01	23.847.830,23	77.158.335,56	2.373.653,84
														79.531.989,40

VI. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

As notas a seguir apresentadas seguem a numeração definida para as empresas do Grupo Lena. As notas omissas não se aplicam à empresa.

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Lena Engenharia e Construções, S.A. tem sede em Leiria, foi constituída em 15 de Março de 1974, com o objeto social de construção e obras públicas, aluguer de máquinas e equipamentos, infraestruturas e terraplanagens, construção e comercialização de imóveis.

A Lena Engenharia e Construções, S.A. é participada na sua totalidade pela Lena Engenharia e Construção, SGPS, S.A. com sede em Leiria.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos desta, os quais foram preparados no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a Estrutura conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), consignadas, respetivamente, nos Avisos n.os 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 de agosto de 2009.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

Devido a fusões (por incorporação) ocorridas na Lena Engenharia e Construções, S.A. que ocorreram durante o exercício de 2013, algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados não são globalmente comparáveis com as do ano de 2012.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ATIVOS FIXO TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 poderão também estar registados ao custo de aquisição revalorizado.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, através de uma depreciação sistemática durante a vida útil estimada para os ativos. O método será aplicado consistentemente de período para período, a menos que ocorra uma alteração no modelo esperado de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados nos ativos. As depreciações são calculadas logo após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios, detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas, ou para venda no decorrer da atividade normal da empresa.

As propriedades de investimento são, na sua generalidade, mensuradas pelo modelo do custo e depreciadas pelo método da linha reta. Quando é possível determinar com fiabilidade o justo valor das propriedades de investimento, este é divulgado na nota 12 do presente anexo.

Os custos de manutenção diária das propriedades de investimento são reconhecidos como gastos do exercício.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de Propriedades de investimento.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Um ativo é reconhecido como intangível apenas quando é provável que venha a gerar benefícios económicos futuros para a empresa (e que são atribuíveis a esse ativo) e quando o valor do ativo é fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das eventuais depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Quando os ativos intangíveis têm uma vida útil finita são depreciados segundo o método da linha reta durante a sua vida útil. Quando os ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida não são depreciados, e estão sujeitos anualmente a testes de imparidade.

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Existem investimentos financeiros registados pelo método de equivalência patrimonial e investimentos financeiros registados pelo custo de aquisição, conforme descrito na nota 16.

Nas participações registadas pelo método de equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição e posteriormente aumentado ou diminuído pela diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios da participada, reportados à data de aquisição ou à data da aplicação do método pela primeira vez. Esta diferença é registada na rubrica “Ajustamentos de transição”. Anualmente o investimento financeiro é ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das participadas por contrapartida das rubricas “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas empreendimentos conjuntos”.

As perdas que excedem o investimento efetuado não são reconhecidas, a não ser que existam obrigações legais ou construtivas ou tenham sido feitos pagamentos a favor dessas participadas.

LOCAÇÕES

As locações na empresa são classificadas como locações financeiras se existir uma transferência substancial de todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e são classificadas como locação operacional se não existir transferência substancial de todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo.

A classificação dos contratos como locação financeira ou operacional depende da substância da transação e não da forma dos contratos.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locação financeira, assim como as respetivas responsabilidades, são registados pelo método financeiro, sendo reconhecido o ativo, as depreciações acumuladas correspondentes (seguindo os mesmos critérios ao definidos para bens idênticos) e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Os encargos financeiros suportados nas rendas e as depreciações do exercício são reconhecidos como gastos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

As rendas devidas pela locação operacional são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados, numa base linear durante o período de contrato de locação.

ATIVOS, PASSIVOS E TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira são registadas, inicialmente, à taxa de câmbio em vigor na data da transação. À data de cada balanço, os itens monetários são transpostos à taxa de fecho e os itens não monetários são transpostos à data de câmbio de cada transação. Quando os itens não monetários são mensurados pelo justo valor são transpostos à taxa de câmbio da data em que esses valores foram determinados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários de uma empresa a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem. As diferenças de câmbio relacionadas com a atividade operacional estão incluídas na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas”. As diferenças de câmbio relacionadas com atividades de financiamento estão incluídas na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” e “Juros e gastos similares suportados”,

Na transposição das demonstrações financeiras das sucursais, expressas em moeda estrangeira, é utilizada a taxa de câmbio de fecho aos ativos e passivos e a taxa de câmbio média do período em análise aos rendimentos e gastos. Todas estas diferenças de câmbio são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Diferenças de conversão de demonstrações financeiras”.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de empréstimos obtidos são de uma forma geral considerados como gastos do período (de acordo com o princípio da periodização económica), exceto os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que exijam um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou venda, caso em que são incluídos no custo dos ativos.

A capitalização dos custos de empréstimos obtidos, como parte do custo de um ativo, inicia-se quando os dispêndios com os ativos estejam a ser incorridos, quando os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e quando as atividades que sejam necessárias para preparar os ativos para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso. A capitalização dos custos de empréstimos obtidos é suspensa durante os períodos em que as atividades referidas anteriormente são interrompidas e cessa quando todas as atividades estão substancialmente concluídas.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada balanço, os ativos da empresa são analisados por forma a detetar se há alguma indicação de que os ativos possam estar com imparidade. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável dos ativos.

Sempre que a quantia recuperável de um ativo for menor do que a sua quantia escriturada, a quantia escriturada é reduzida para a sua quantia recuperável, sendo a diferença uma perda por imparidade reconhecida como gasto do exercício na Demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo, incluindo subsídios não monetários valorizados pelo justo valor, só são reconhecidos após existir segurança de que a empresa cumpre as condições a eles associadas e que serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis depreciáveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Quando respeitam a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida são mantidos nos capitais próprios, exceto se essa quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios à exploração, imputados ao exercício, são considerados como rendimento do exercício.

INVENTÁRIOS

Os inventários da empresa são mensurados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, quando este for menor. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local ou na sua condição atuais.

O custo dos inventários é determinado pelo custo médio ponderado.

As estimativas do valor realizável líquido são baseadas nas provas mais fiáveis, disponíveis à data do balanço, quanto à quantia que a empresa espera realizar com os inventários.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido e todas as perdas de inventários são reconhecidas como gastos do período em que o ajustamento ou perda ocorre.

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Na atividade da empresa subjacente a contratos de construção, e quando o desfecho destes puder ser fiavelmente estimado, o rédito do contrato e os custos associados ao contrato de construção são reconhecidos como rédito e gastos, respetivamente, de acordo com a fase de acabamento da atividade do contrato à data do balanço.

As diferenças entre os réditos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas Outros ativos correntes ou Outros passivos correntes, consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

À data do Balanço é constituída uma provisão para as perdas estimadas em obras em curso, correspondente à margem negativa por reconhecer e para fazer face aos gastos.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, é constituída anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos suportados no passado com as obras em período de garantia.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões só são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), como resultado de um acontecimento passado, quando seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar uma obrigação e quando é possível fazer uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas sim divulgadas no presente anexo, quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas sim divulgados no presente anexo, quando é provável a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros. Caso esta probabilidade seja remota, os passivos contingentes não são objeto de divulgação.

RÉDITOS

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os réditos provenientes da venda de bens são reconhecidos na demonstração de resultados quando satisfeitas todas as seguintes condições:

- Quando a empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

- Quando a empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão;
- Quando a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a empresa; e
- Quando os custos, incorridos ou a incorrer, referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o valor das transações que envolvem prestações de serviços pode ser fiavelmente estimado, o rédito associado a essas transações é reconhecido com referência à fase de acabamento das transações à data do balanço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido de acordo com o regime de periodização económica e atendendo à substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A empresa classifica os seus ativos não correntes como detidos para venda nos casos em que se perspetiva que a sua quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em vez de o ser pelo seu uso continuado. Os ativos (ou grupo de ativos) estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos de vender.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas quando existem expectativas razoáveis de obtenção de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuado um recálculo desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em Capital próprio, situação em que o imposto diferido é também relevado na mesma rubrica.

MATÉRIAS AMBIENTAIS

Os passivos ambientais são valorizados pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data de Balanço. Estas estimativas são revistas em cada período de relato, podendo originar uma variação no valor dos passivos, cuja contrapartida serão os resultados do período. Caso não seja possível efetuar uma estimativa fiável dos gastos, não se reconhece o passivo, e consideramos a existência de um passivo contingente.

Os gastos com o restauro de locais, remoção dos desperdícios acumulados, paragem ou remoção de ativos em que a Entidade é obrigada a incorrer são reconhecidos:

. Como gasto do período em que são suportados; ou

. Capitalizados, caso tenham sido suportados para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos e proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições de reconhecimento como ativo.

Caso o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são valorizados pelo seu valor presente.

Alguns danos ambientais poderão implicar a imparidade de ativos. Nesses casos, as perdas por imparidade são registadas em resultados do período.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu custo, ou seja são mensurados no reconhecimento inicial e deduzidos dos respetivos reembolsos de capital. Os encargos financeiros são contabilizados na Demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de periodização económica.

Instrumentos de cobertura

Os instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro não são contabilizados porque os instrumentos de dívida a que respeitam estão registados pelo seu custo e não pelo custo amortizado (condição estabelecida na NCRF 27 para permitir esta contabilização). Desta forma, apenas serão divulgados na nota 28 do presente anexo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Instrumentos financeiros detidos para negociação

Os ativos financeiros e passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se forem principalmente adquiridos ou assumidos com a finalidade de venda ou de recompra num prazo muito próximo, ou se fizerem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam geridos em conjunto e para os quais exista evidência de terem sido recentemente proporcionados lucros reais.

Estes ativos e passivos são valorizados ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efetua-se pelo método de consolidação integral. Considera-se que existe controlo quando o grupo tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral.

Estas empresas são identificadas na nota 16.1. As transações e saldos significativos entre empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais e menos-valias, decorrentes das alienações de investimentos efetuadas entre empresas, também são anuladas.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, nas respetivas rubricas de Interesses Minoritários (nota 38).

No exercício de aquisição dos investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas (incluídas no perímetro de consolidação), a diferença entre o custo dos investimentos e a parte do investidor nos capitais próprios da participada, quando não imputável a qualquer elemento patrimonial, é considerada como Goodwill. O Goodwill encontra-se discriminado por participada na nota 37.

O Goodwill não é amortizado, mas sim sujeito a testes de imparidade anuais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, encontra-se discriminada da seguinte forma:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	167,867.09	397,893.47
Depósitos à ordem	37,513,029.03	29,730,779.73
Outros depósitos bancários	38,217,632.51	68,166,067.93
Total	75,898,528.62	98,294,741.12

A quantia da rubrica Caixa e Depósitos Bancários, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, dada como garantia de passivos, encontrava-se repartida da seguinte forma:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Caixa		
Depósitos à ordem	2,502,704.68	
Outros depósitos bancários	6,714,619.83	21,560,437.35
Outros instrumentos financeiros		
Total	9,217,324.51	21,560,437.35

5. POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior. No entanto, devido às fusões ocorridas durante o exercício de 2013 a contas do exercício de 2013 não são globalmente comparáveis com as de 2012, em algumas rubricas do balanço e da demonstração de resultados.

Na Lena Eng. e Construções, SA e nas suas participadas foram efetuados em 2013, movimentos na rubrica de resultados transitados, conforme divulgado nos respetivos anexos às contas individuais.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1 RELACIONAMENTOS COM A EMPRESA MÃE

A empresa-mãe é a Lena Engenharia e Construção, SGPS, S.A. sendo a empresa-mãe controladora final, a Always Special SGPS, S.A..

6.2 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

As remunerações do pessoal chave de gestão, da Lena Engenharia e Construções, S.A. e das diversas empresas participadas que integram esta subholding, durante o exercício de 2013 e 2012, foram as seguintes:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações	660,752.20	608,305.76
Benefícios de curto prazo dos empregados		
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios por cessação de emprego		
Pagamentos com base em acções		
Total	660,752.20	608,305.76

6.3 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações entre as empresas subsidiárias que integram o perímetro de consolidação, foram anulados.

Os principais saldos entre partes relacionadas que não fazem parte do perímetro de consolidação apresentam a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2013:

(Unid: Eur)					
Empresa	Parte Relacionada	Accionistas/Sócios		Financ. Partes Relacionadas	
		Activo Corrente	Activo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente
Lena Eng. Construções, S.A.	Lena Eng. Construção, SGPS, SA	87,046,953.94	10,776,125.74		
	Almagarça, S.A.	2,259,850.51			
	Lena Industria, SGPS, S.A.	848,711.47	791,712.44		
	Lenastroi	1,518,000.00			
	SMLN - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	1,116,905.75			
	Valleypark, S.A.	245,710.27			
	Fatiparques, S.A.	17,228.26			
	VBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	662,487.50			
	MSF/Lena - Invest. Nos Balcãs, S.A.	35,000.00			
	Romport Internacional S.A.	63,789.02	41,326.66		
	Mater Control S.A.	8,100.00			
	Vestedomínio Imobiliária, S.A.	24,471.89			
	Outras participações minoritárias	157,692.52	63,101.72		674,210.36
Equimetra, S.A.	Outros accionistas			400.00	
LACE	Outros accionistas	28,151.78			
LVACE	Outros accionistas			354.08	

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

As taxas de amortização utilizadas para os ativos intangíveis com uma vida útil finita, correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida útil esperada
Goodwill	
Projectos de desenvolvimento	10
Programas de computador	2-4
Propriedade industrial	10
Outros activos intangíveis	10

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

ATIVO BRUTO

(Unid: Eur)							
ACTIVO BRUTO	Saldo Inicial	Alteração de perimetro	Adições	Revalorizações	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Goodwill	17,554,254.57		80,177,318.63			-16,818,795.30	80,912,777.90
Projectos de desenvolvimento	2,041,437.56	1,863.06				-114,539.01	1,928,761.61
Programas de computador	293,277.53	2,682.62	291.00		-2,337.25	-26,714.19	267,199.71
Propriedade industrial	48,551.21					-435.20	48,116.01
Outros activos intangíveis	559,776.72					-31,407.41	528,369.30
Investimentos em curso							
Total	20,497,297.59	4,545.67	80,177,609.63		-2,337.25	-16,991,891.11	83,685,224.53

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

(Unid: Eur)						
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Alteração de perimetro	Reforços	Anulações / Reversões	Transferências	Saldo Final
Goodwill						
Projectos de desenvolvimento	1,276,045.40	1,863.06	253,575.42		-84,169.55	1,447,314.33
Programas de computador	207,080.506	2,570.84	45,461.77	-2,337.25	-27,636.18	225,139.69
Propriedade industrial	39,005.61		2,572.46		-387.33	41,190.75
Outros activos intangíveis	363,170.95		74,095.15		-24,050.71	413,215.38
Total	1,885,302.46	4,433.90	375,704.80	-2,337.25	-136,243.76	2,126,860.15

Na nota 37 do presente anexo encontra-se a discriminação do valor do Goodwill por empresa.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida útil esperada
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5-26
Equipamento básico	2-10
Equipamento de transporte	3-10
Equipamentos administrativo	3-12
Equipamentos biológicos	
Outros activos fixos tangíveis	3-10

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram as seguintes:

ATIVO BRUTO

(Unid: Eur)							
ACTIVO BRUTO	Saldo Inicial	Alteração de perímetro	Adições	Revalorizações	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	4,975,367.82	2,877,857.42				-391,061.25	7,462,163.98
Edifícios e outras construções	9,860,898.66	4,497,039.79	79,114.07		-231,595.87	-202,039.62	14,003,417.02
Equipamento básico	37,742,443.76	8,270,901.09	3,150,706.09		-2,721,696.41	-4,356,874.86	42,085,479.68
Equipamento de transporte	9,389,918.60	6,210,642.47	2,116,086.40		-927,107.43	-1,591,873.71	15,197,666.33
Equipamentos administrativo	7,467,967.30	3,169,981.97	128,106.04		-37,325.49	-1,828,998.26	8,899,731.56
Equipamentos biológicos							
Outros activos fixos tangíveis	4,110,936.58	2,432,323.79	702,214.08		-532,442.08	5,858.64	6,718,891.01
Investimentos em curso	1,359,456.04		2,071,651.07			-925,996.65	2,505,110.46
Total	74,906,988.76	27,458,746.52	8,247,877.75		-4,450,167.28	-9,290,985.70	96,872,460.04

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS

(Unid: Eur)

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	Saldo Inicial	Alteração de perímetro	Reforços	Anulações / Reversões	Transferências	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	24,697.18	26,266.37	3,239.97		-268.85	53,934.67
Edifícios e outras construções	4,984,692.79	1,479,904.96	540,254.19	-120,262.46	-319,938.67	6,564,650.82
Equipamento básico	21,139,947.49	6,303,506.96	4,573,429.42	-1,456,234.06	-1,994,007.49	28,566,642.32
Equipamento de transporte	6,409,848.42	4,524,071.35	2,028,122.68	-840,616.52	-1,303,077.78	10,818,348.14
Equipamentos administrativo	6,118,374.37	2,956,229.01	463,644.88	-19,355.26	-1,856,704.98	7,662,188.02
Equipamentos biológicos						
Outros activos fixos tangíveis	2,485,066.88	1,830,028.97	991,042.13	-27,155.86	-461,141.80	4,817,840.31
Total	41,162,627.13	17,120,007.61	8,599,733.28	-2,463,624.15	-5,935,139.57	58,483,604.29

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Em 31 de dezembro de 2013, a Lena Engenharia e Construções, S.A. e as suas subsidiárias não possuíam ativos não correntes detidos para venda, nem existiam atividades em unidades operacionais descontinuadas ou a descontinuar.

10. LOCAÇÕES

10.1 LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira encontrava-se discriminado da seguinte forma:

(Unid: Eur)

Locação Financeira	Valor Líquido	
	31-12-2013	31-12-2012
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	352,269.69	409,557.17
Equipamento básico	516,455.29	2,502,928.66
Equipamento de transporte	465,959.47	19,860.32
Equipamentos administrativo	6,021.96	20,576.40
Equipamentos biológicos		
Outros activos fixos tangíveis	16,096.61	24,133.63
Total	1,356,803.02	2,977,056.17

O total dos futuros pagamentos mínimos da locação financeira e o seu valor presente será exigível como se segue:

(Unid: Eur)		
Locação Financeira	Pagamentos mínimos futuros	Valor presente dos pagamentos
2014	2,018,472.41	1,845,244.01
2015	512,494.51	415,370.50
2016	56,959.36	45,947.83
2017		
2018		
2019		
2020 e seguintes		
Total	2,587,926.28	2,306,562.34

Em 31 de dezembro de 2013 não existem rendas contingentes a pagar, nem restrições impostas por quaisquer acordos de locação financeira, tais como as que respeitam a dividendos, dívida adicional, e posterior locação.

10.2 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer operacional referem-se na sua maioria a aluguer de viaturas e equipamentos.

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pela empresa em 31 de dezembro de 2013, apresentam os seguintes vencimentos:

(Unid: Eur)	
Locação Operacional	Montante
2014	308,445.04
2015	27,060.00
2016	
2017	
2018	
2019	
2020 e seguintes	
Total pagamentos futuros	335,505.04

Os contratos de aluguer de viaturas e equipamentos revestem a natureza de locação operacional. Estes não preveem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor de rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos e de dívida.

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade, no exercício findo a 31 de dezembro de 2013, são as seguintes:

(Unid: Eur)		
PERDAS POR IMPARIDADE	Resultados	
	Gasto	Rendimento
Em dividas a receber		
Clientes	2,828,901.45	5,639.25
Outros devedores	475,450.91	
Em inventários		
Em investimentos financeiros		
Em propriedades de investimento		
Em activos fixos tangíveis		
Em activos intangíveis		
Em investimentos em curso		
Em activos não correntes detidos para venda		
Total	3,304,352.36	5,639.25

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS, INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUCURSAIS

SUCURSAIS

A informação financeira das sucursais integradas nas demonstrações financeiras da Lena Eng. e Construções, S.A., em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

(Unid: Eur)					
Denominação Social	Sede	Informação financeira			
		Activos	Passivo	Cap. Próprio	Res. Líquido
(Argélia) Lena Eng. Construções (E.E.)*	Argélia	14,192,990.59	12,528,307.34	1,664,683.25	41,151.34
(Argélia) Suc S.A. Lena Engenharia e Construções	Argélia	3,173,606.24	3,865,744.53	-692,138.28	3,693.02
Lena Sucursal Bulgária*	Bulgária	1,397,967.80	13,972,587.86	-12,574,620.06	-626,955.46
Lena Sucursal Marrocos*	Marrocos	29,074,518.50	52,574,637.45	-23,500,118.95	-834,757.54
Lena Sucursal Roménia*	Roménia	17,754,260.95	21,273,961.97	-3,519,701.02	-1,274,913.21
Lena Sucursal Venezuela	Venezuela	201,265,068.38	225,887,395.48	-24,622,327.10	-26,442,794.70
(Argélia) Construtora Abrantina, S.A. (E.E.)*	Argélia	57,754,149.59	57,056,058.31	698,091.28	-6,075,080.72
Abrantina Sucursal Angola*	Angola	19,725,465.25	16,786,293.94	2,939,171.31	378,817.77
Abrantina Sucursal Martinica*	Martinica	183,075.43	1,897,445.02	-1,714,369.59	
Abrantina Sucursal Moçambique*	Moçambique	478,680.70	618,265.46	-139,584.76	-36,847.63

* Informação financeira não auditada

15. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Durante o ano de 2013 concretizou-se a fusão por incorporação na LEC, S.A. das empresas LENA SUPORT – Serviços de Apoio, S.A., CONSTRUVIL – Construtora da Madeira, LDA., BRITATLANTICO – Sociedade de Britas da Madeira, LDA., DUALIDADE – Planeamento e Projectos de Engenharia, S.A., LINEAR – Transformação de Madeiras, LDA., PIGMENTA – Pinturas e Representações, LDA. e Construtora Abrantina, S.A., com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2013.

Com a fusão, verificou-se a transferência global dos patrimónios das sociedades incorporadas para a sociedade incorporante, pelos valores revelados nos respetivos balanços.

Com base na avaliação das unidades de negócio integradas, a administração, entende que o valor do Goodwill apurado à data de 31/12/2013, no montante de 80.177.318,63 euros reflete o justo valor do investimento efectuado.

16. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

16.1 EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2013, foram incluídas na consolidação pelo método integral, a empresa mãe, Lena Engenharia e Construções, S.A. e as seguintes empresas controladas:

(Unid: Eur)

Denominação Social	Sede	Percentagem de Interesse *	Percentagem de direitos de voto *	Informação Financeira das Contas Individuais			
				Activo	Passivo	Cap. Próprio	Res. Líquido
Lena Constructii Romania, SRL **	Roménia	99.00%	99.00%	3,965,671.93	6,448,362.39	-2,482,690.45	-467,166.75
Lena Eurometal Construct, S.A. **	Roménia	99.00%	99.00%	2,080,424.31	2,353,956.38	-273,532.07	-86,797.03
Lena Construções Angola, Lda **	Angola	100.00%	100.00%	141,913,692.18	91,877,959.22	50,035,732.96	26,600,113.20
Maghreblena, Ltd **	Marrocos	99.98%	99.98%	33,084,306.72	35,071,057.25	-1,986,750.53	-742,730.80
VivaUp, S.A. – Soluções Urbanas, S.A.	Leiria	100.00%	100.00%	5,247,334.25	5,468,898.43	-221,564.18	-91,267.29
(Argélia) Sarl Lena Algérie **	Argélia	85.00%	85.00%	2,746,588.15	1,885,127.61	861,460.55	93,950.92
Lena Eng. e Construções Moçambique, Lda**	Moçambique	61.00%	61.00%	5,550,022.20	5,217,784.89	332,237.31	111,829.39
Equimetra, S.A.	Portugal	68.18%	68.18%	9,758,908.16	3,583,086.68	6,175,821.48	63,865.16
Tec, Lda.*	Angola	100.00%	100.00%	5,995,891.13	6,955,264.02	-959,372.90	33,077.75

* Percentagem directa e indirecta

** Informação financeira não auditada

16.2 EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO PROPORCIONAL

Em 31 de Dezembro de 2013, foram incluídas na consolidação pelo método proporcional as seguintes empresas:

(Unid: Eur)

Denominação Social	Sede	Percentagem de Interesse	Percentagem de direitos de voto	Informação Financeira			
				Activo	Passivo	Cap. Próprio	Res. Líquido
Baixo Sabor – BPC e Lena, ACE	Paço de Arcos	50.00%	50.00%	65,124,440.10	67,336,201.30	-2,211,761.20	-2,211,761.20
LACE	Louriçal	25.00%	25.00%	2,577,362.00	2,359,288.81	218,073.19	218,073.19
LVACE	Faro	50.00%	50.00%	15,089,709.50	15,657,832.88	-568,123.38	-456,415.52
TACE	Lisboa	16.67%	16.67%	86,385.41	1,861.55	84,523.86	16,527.61
CONBATE	Porto Salvo	17.50%	17.50%	2,602,483.51	1,006,729.40	1,595,754.11	-178,007.16
LGV	Lisboa	17.25%	17.25%	522,200.57	540,222.82	-18,022.25	-18,022.25
LOC	Lisboa	25.00%	25.00%	3,142,817.92	2,690,277.70	452,540.22	-64,660.34
LMNS	Lisboa	25.00%	25.00%	1,026,375.13	1,023,685.48	2,689.65	2,689.65
SOARES DA COSTA / LENA - LOTE 2 ACE	Lisboa	50.00%	50.00%	12,876.16	2,895.00	9,981.16	-3,850.20
LENA MACFADEN, ACE	Leiria	50.00%	50.00%	1,397,768.94	413,493.88	984,275.06	281,978.18

16.3 EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2013, foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial as seguintes empresas:

(Unid: Eur)

Denominação Social	Sede	Percentagem de Interesse	Percentagem de direitos de voto	Informação Financeira das Contas Individuais			
				Activo	Passivo	Cap. Próprio	Res. Líquido
Geriparques, S.A.	Torres Novas	25.00%	25.00%	5,957,627.68	4,483,997.70	1,473,629.98	-34,938.76
Fatiparques, S.A.	Ourém	25.00%	25.00%	1,165,664.81	189,501.86	976,162.95	-2,256.29
Matercontrol, S.A.	Abrantes	30.00%	30.00%	8,229,124.28	4,096,930.11	4,132,194.17	-192,783.72
NOVIMOVE - Fundo de Inv. Imobiliário	Lisboa	67.14%	67.14%	15,085,609.00	275,354.00	14,810,255.00	-833,230.00
Lena Serviços Partilhados ACE*	Leiria	76.48%	76.48%	6,771,559.06	8,851,493.08	-2,079,934.02	-104,337.28

A participação financeira no fundo Novimove foi considerada pelo método de equivalência patrimonial e não pelo método integral por se entender que as unidades de participação detidas no fundo têm um carácter puramente financeiro.

16.4 EMPRESAS EXCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias, associadas e em entidades conjuntamente controladas registados em 31 de Dezembro de 2013, pelo método do custo, são os a seguir discriminados:

Denominação Social	Sede	Percentagem de Interesse	Percentagem de direitos de voto
Lena Industria SGPS, S.A.	Leiria	20.70%	20.70%
Lena Hotéis e Turismo SGPS, S.A.	Leiria	6.63%	6.63%
Construtora do Lena Moçambique, Lda	Moçambique	96.52%	96.52%
Lena Eng. e Construções (Bulgária), Lda	Bulgária	50.00%	50.00%
Lenastroi Bulgaria, Ltd	Bulgária	50.00%	50.00%
Escola de Negócio do Grupo Lena, SA	Leiria	12.00%	12.00%
Valleypark - Parque de Negócios, SA	Santarém	18.75%	18.75%
Geira, SA	Lisboa	12.50%	12.50%
Liz-On-Line, S.A	Leiria	2.41%	2.41%
Lena Agregados - Comércio de Agregados, S.A.	Castelo Branco	3.96%	3.96%
SMLN - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	Torres Vedras	6.00%	6.00%

Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados de operações do Grupo e/ou porque as contas não estavam disponíveis na data de encerramento das contas consolidadas.

16.5 ALTERAÇÕES AO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ao perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram as seguintes:

ENTRADAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Denominação Social	Sede	Percentagem de Interesse	Percentagem de direitos de voto
Equimetra, S.A.	Portugal	68.18%	68.18%
Lena Eng. e Construções Moçambique, Lda	Moçambique	61.00%	61.00%

16.6 DISCRIMINAÇÃO DO VALOR ANUAL DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O movimento ocorrido, durante o exercício de 2013, na rubrica de investimentos financeiros foi o seguinte:

(Unid: Eur)

	Saldo Inicial	Alteração de Perímetro	Adições	Alienações	Equivalência Patrimonial		Transferências e Abates	Saldo Final
					Var. nos CP	Result.		
Participações financeiras - MEP	4,477,525.58		507,555.01	-507,555.01	-14,585.59	-9,239.23	-3,962,191.23	491,509.53
Investimento em Subsidiárias	0.00		507,555.01	-507,555.01		0.00	0.00	0.00
Investimentos em associadas	1,312,664.71				-14,585.59	-9,239.23	-797,330.40	491,509.49
Investimentos em ent. conj. controladas	3,164,860.87						-3,164,860.83	0.04
Participações financeiras - Outros métodos	12,819,995.64	-4,893,058.39	4.00				-4,293,220.45	3,633,720.80
Investimento em Subsidiárias	6,192,874.83	-5,995,561.46					-141,549.00	55,764.37
Investimentos em associadas		489,638.56						489,638.56
Investimentos em ent. conj. controladas								
Investimentos noutras empresas	6,627,120.81	612,864.51	4.00				-4,151,671.45	3,088,317.87
Outros activos financeiros	21,284,204.90	28,936,056.51	1,173,898.18	-975,000.00	-403,919.55	-559,443.29	-15,820,634.00	33,635,162.75
Empréstimos concedidos a subsidiárias	1,177,442.24	27,836,056.51		-975,000.00			-21,323,252.72	6,715,246.03
Empréstimos concedidos a associadas	5,652,003.74						-2,743,890.66	2,908,113.08
Empréstimos concedidos a ent. conj. controladas			1,173,862.70				9,228,203.22	10,402,065.92
Empréstimos concedidos a outras empresas	3,408,665.01	950,000.00			-403,919.55		-438,873.45	3,515,872.01
Perdas por imparidade em empréstimos concedidos								
Outros investimentos financeiros	11,046,093.91	150,000.00	35.48			-559,443.29	-542,820.39	10,093,865.71
Total	38,581,726.12	24,042,998.12	1,681,457.19	-1,482,555.01	-418,505.14	-568,682.52	-24,076,045.68	37,760,393.07

19. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013, os inventários da empresa tinham a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

INVENTÁRIOS	31-12-2013			31-12-2012		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia Líquida
Mercadorias	4,567,944.20		4,567,944.20	5,245,113.50		5,245,113.50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	19,641,474.99		19,641,474.99	5,903,365.01		5,903,365.01
Produtos acabados e intermédios	2,156,832.91		2,156,832.91	2,338,239.15		2,338,239.15
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso	5,233,547.72		5,233,547.72	5,095,747.85		5,095,747.85
Activos biológicos						
Adiantamentos por conta de compras	249,398.95		249,398.95	249,398.95		249,398.95
Total	31,849,198.77		31,849,198.77	18,831,864.46		18,831,864.46

A quantia de inventários, reconhecida como gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentou a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	5,245,113.50	5,903,365.01	11,148,478.52
Alteração de Perímetro	2,200.31	654,249.26	656,449.57
Compras	13,678,307.46	59,373,274.71	73,051,582.17
Reclassificação e regularização de inventários	-1,633,612.18	-830,962.44	-2,464,574.62
Ajustamentos		-437,240.10	-437,240.10
Reversões de ajustamentos			
Saldo final	4,567,944.20	19,641,474.99	24,209,419.19
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12,724,064.90	45,021,211.45	57,745,276.35

A variação da produção, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresenta a seguinte decomposição:

				(Unid: Eur)
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Sub-produtos	Total
Saldo inicial	5,095,747.85	2,338,239.15		7,433,987.00
Alteração de Perimetro		-181,406.24		-181,406.24
Regularização de existências	-695,618.56	-26,071.84		-721,690.40
Saldo final	5,233,547.72	2,156,832.91		7,390,380.63
Variação da produção	833,418.43	26,071.84		859,490.27

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

A informação relativa a contratos de construção em curso na empresa é seguinte:

		(Unid: Eur)
CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO		
Réditos dos contratos		
Réditos dos contratos acumulados até ao final do exercício		1,126,704,715.96
Réditos dos contratos reconhecidos no exercício		389,368,162.93
Gastos do contrato		
Gastos de construção até ao final do exercício		912,244,980.36
Gastos de construção incorridos no exercício		327,447,613.44
Adiantamentos recebidos de clientes		812,823.44
Retenções efectuadas por clientes		3,388,694.40
Acréscimo de rendimentos (contratos de construção)		90,568,933.17
Rendimentos a reconhecer (contratos de construção)		118,627,523.73

21. RÉDITO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os réditos da empresa encontravam-se repartidos da seguinte forma:

(Unid: Eur)

Categoria	Mercado Interno	Mercado Europeu	Países Terceiros
Venda de bens	24,251,493.32		226,312,684.47
Prestação de serviços	52,829,397.07	483,402.56	24,477,212.28
Juros	5,124,613.32	7.30	1,045,638.61
Royalties			
Dividendos			

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas, durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2013, foi o seguinte:

(Unid: Eur)							
Provisões	Saldo Inicial	Alteração de Perímetro	Reforço	Reduções	Utilizações	Transferências	Saldo Final
Impostos							
Garantias a clientes	3,050,310.62	182,856.45	1,643,269.39	-423,762.93	-192,545.84	-37,382.67	4,222,745.03
Processos judiciais em curso	191,417.22					-1,715.83	189,701.39
Acidentes de trab. e doenças prof.							
Matérias ambientais							
Contratos onerosos							
Reestruturação							
Outras provisões	149,127.97	970,296.76		-803,085.69	-18,818.36		297,520.68
Total	3,390,855.81	1,153,153.21	1,643,269.39	-1,226,848.61	-211,364.20	-39,098.50	4,709,967.11

Na empresa Lena Engenharia e Construções, S.A., das verificações fiscais aos exercícios de 2000 a 2005, resultaram algumas contingências e correções que a empresa pagou no valor total de 632.841,43 euros e reclamou, não tendo havido ainda decisão administrativa final.

Relativamente aos exercícios de 2007 e 2008, também resultado da verificação por parte da administração fiscal, apurou-se uma contingência no valor de 1.016.342,45 euros e 2.008.527,56 euros, respetivamente, dos quais se reclamou e apresentou as necessárias garantias.

No âmbito dos processos em curso, e com base no enquadramento legal das correções efetuadas, aferido com a nossa consultoria jurídica, estimamos boas perspetivas quanto à decisão favorável das reclamações (incluindo custas judiciais e outros encargos), pelo que entendemos que não deverá ser constituída qualquer provisão para o efeito.

A Lena Engenharia e Construções, S.A. é parte e contraparte em vários litígios que correm termos em diversos tribunais judiciais e administrativos, aguardando, relativamente a cada contenda, o respectivo desfecho que, na generalidade, se perspetiva favorável.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

As diferenças de câmbio, reconhecidas no capital próprio da empresa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tiveram a seguinte evolução:

(Unid: Eur)	
Diferenças de conversão	Montante
Saldo Inicial	-1,362,141.18
Alteração de perímetro	
Aumentos	2,062,443.10
Diminuições	
Saldo Final	700,301.92

As taxas de câmbio utilizadas na conversão de transações e demonstrações financeiras, da moeda estrangeira para a moeda funcional, foram as seguintes:

Divisa	Taxa de fecho	Taxa média
AOA	134.3860	127.7220
BGL	1.9558	1.9558
DZD	108.1034	105.0640
MAD	11.2621	11.0572
MZN	41.2400	39.5479
RON	4.4847	4.4190
USD	1.3791	1.3281
VEF	8.6774	8.0800

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de Maio de 2014.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), à taxa de 25% sobre a matéria coletável. Ao valor da coleta de IRC é acrescida a Derrama que incide sobre o lucro tributável, varia consoante o Município e pode atingir 1,5%. É também considerado o efeito da dupla tributação internacional aplicável sobre a matéria coletável das sucursais e estabelecimentos estáveis, nomeadamente em Argélia, Marrocos, Venezuela, Bulgária e Roménia, Angola e Moçambique.

Nos termos do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas e condições aí previstas.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

O imposto sobre o rendimento, reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, encontra-se detalhado da seguinte forma:

(Unid: Eur)		
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	31-12-2013	31-12-2012
Imposto corrente	900,109.30	1,520,674.15
Imposto diferido	373,847.14	1,005,561.28
Total	1,273,956.44	2,526,235.43

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Resultado antes de impostos (1)	25,194,126.49	28,729,077.64
Taxa de imposto (2)	26.50%	26.50%
Imposto esperado (1 x 2)	6,676,443.52	7,613,205.58
Imposto sobre o rendimento (3)	900,109.30	1,520,674.15
Taxa efectiva de imposto (3/1)	3.57%	5.29%

Existem impostos diferidos provenientes das fusões, no montante de 1.067.106,83 euros, resultantes de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e que aprovação de reporte por parte da Autoridade Tributária.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos:

Até 31 de Dezembro de 2013 não existiu qualquer incentivo público relacionado com a proteção ambiental, recebidos ou atribuídos à Lena Engenharia e Construções, S.A.

Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas:

(Unid: Eur)		
Dispêndios de carácter ambiental	Quant. dos dispêndios	Base de cálculo
Monitorização ETAR Quinta da Sardinha	374,60	187.30€ x 2
Serviços técnicos de apoio em Ambiente em obra	73.040,96	
Certificação na NP EN ISO 14001	2.565,00	4,5 dias x 570€
Total	75.980,56	

(Unid: Eur)	
Dispêndios C/ Resíduos	Quantia dos dispêndios
Resíduos Industriais Banais - Recolha, Trat., e Valorização	1.937,42
Resíduos de Construção e Demolição	6.125,43
Total	8.062,85

Informações sobre as provisões de carácter ambiental:

Não foram constituídas provisões de carácter ambiental, considerando que a atividade desenvolvida não apresenta riscos significativos que determinem a sua constituição. Contudo, por força do Decreto-Lei 147/2008, existe uma garantia bancária, no valor de 801,00 euros, a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, destinada a caucionar a prevenção e reparação de eventuais danos ambientais.

Passivos de carácter ambiental, materialmente relevantes, incluídos em cada uma das rubricas do Balanço:

Não existem Passivos de carácter ambiental, material ou imaterialmente relevantes, incluídos nas rubricas do Balanço nem existem quaisquer Passivos contingentes de carácter ambiental, que possam e devam ser relevados.

Dispêndios significativos incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros:

Durante o ano de 2013, a Lena Engenharia e Construções, SA não foi notificada de qualquer ocorrência.

Emissão de gases com efeito de estufa:

A atividade desenvolvida pela empresa não está abrangida por qualquer legislação específica relativa à emissão de gases, licenças de emissão, nem foram aplicadas quaisquer multas, coimas ou sanções acessórias.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de clientes tinha a seguinte decomposição:

	(Unid: Eur)	
CLIENTES	31-12-2013	31-12-2012
Clientes - não correntes		
Clientes conta corrente		
Clientes - correntes	274,476,354.23	288,671,114.63
Clientes - conta corrente	268,664,501.07	282,484,262.42
Clientes - títulos a receber	114,919.13	112,437.88
Clientes - cobrança duvidosa	15,160,370.99	10,968,587.98
Clientes - outros	5,478,579.10	5,881,846.88
Perdas por imparidade	-14,942,016.06	-10,776,020.53
Total	274,476,354.23	288,671,114.63

A rubrica de clientes inclui saldos devedores com data vencida superior a 24 meses, no valor aproximado de 49 milhões de euros. Este montante contém saldos em que há acordos de pagamentos em prestações e outros de entidades públicas, nomeadamente Autarquias Locais.

Entende a administração da empresa que os esforços que está a desenvolver quer com os clientes quer com os parceiros financeiros em projectos relacionados conduzirão à recuperação daqueles montantes.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de financiamentos obtidos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
EMPRESTIMOS BANCÁRIOS	31-12-2013	31-12-2012
Financiamentos obtidos - não corrente	286,572,396.50	50,642,145.55
Empréstimos bancários	286,204,834.64	47,754,454.15
Papel comercial		
Leasing	367,561.86	2,887,691.40
Outros empréstimos obtidos		
Financiamentos obtidos - corrente	37,455,880.20	91,803,609.58
Empréstimos bancários	18,261,472.99	53,503,522.02
Papel comercial		
CCC e overdraft	12,201,444.77	18,384,799.55
Leasing	1,939,000.48	1,337,408.30
Credito para pagamento a fornecedores*	4,469,581.79	13,425,165.71
Outros empréstimos obtidos	584,380.17	5,152,714.00
Total	324,028,276.70	142,445,755.13

* Inclui Confirming, GPF, SPF, Bes Expressbill, ...

OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica outras contas a receber e a pagar, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)				
Outras contas a receber e a pagar	Activo		Passivo	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores de investimentos			713,064.42	
Devedores por acréscimos de rendimentos	100,410,223.50			
Credores por acréscimos de gastos			14,008,281.28	
Credores por subscrições não liberadas			499,250.00	
Outros devedores e credores	20,503,771.96	12,377,967.39	6,090,883.11	3,679,847.93
Total	120,917,995.45	12,377,967.39	21,311,478.81	3,679,847.93

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2013, existiam ativos financeiros detidos para negociação no valor de 27.872.636,83 euros, provenientes da participada Lena Construções Angola, Lda e referiam-se a Títulos de Dívida Pública de Angola.

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social da empresa era de 50.000.000,00 euros, estava totalmente realizado e encontrava-se assim representado:

	N.º Acções 1.01.2013	Aumento	N.º Acções 31.12.2013	Tipo	Valor Nominal
Capital Social	50,000,000		50,000,000	Ao portador	1.00 EUR
N.º de Acções Próprias	0		0		

RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa e as suas participadas tinham as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

(Unid: Eur)		
Tipo	Empresa	Montante
Garantia		493,919,508.83
	Lena Eng. Construções, SA	457,001,467.20
	Lena Construções Angola, Ltda	6,390,918.70
	Abrantina Moçambique, Lda	1,544,821.78
	Baixo Sabor – BPC e Lena, ACE	12,875,051.55
	LACE	2,571,966.47
	COMBATE, ACE	3,385,709.08
	LOC, ACE	9,285,801.75
	LMNS, ACE	732,274.66
	Lena Macfadden, ACE	131,497.64
Aval		58,436,334.00
	Lena Eng. Construções, SA	58,436,334.00

31. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoal ao serviço da empresa e das suas participadas, que fazem parte do perímetro de consolidação pelo método integral, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi o seguinte:

NUMERO MÉDIO DE PESSOAL	31-12-2013	31-12-2012
Quadros Administração	9	7
Directores	133	90
Coordenadores e Supervisores	236	126
Quadros Técnicos	194	153
Operacionais	1226	570
Total	1798	946

O aumento que se observa no número de colaboradores decorre das fusões realizadas em 2013 e do crescimento da atividade verificado nos mercados internacionais.

32 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, tinha a seguinte decomposição:

	(Unid: Eur)	
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Subcontratos	137,922,917.21	123,349,229.50
Serviços Especializados	32,001,289.13	32,130,965.28
Materiais	3,049,594.87	1,992,732.46
Energia e fluidos	4,096,420.93	3,400,416.97
Deslocações, estadas e transportes	13,740,183.44	9,998,927.10
Serviços diversos	18,533,676.59	21,200,216.12
Total	209,344,082.17	192,072,487.43

33. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Outros Rendimentos e Ganhos, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	1,760,607.36	3,499,492.48
Descontos de p.p. obtidos	479,021.35	173,753.38
Recuperação de dividas	13,539.44	111.30
Ganhos em inventários	46,633.61	0.02
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	108,253,274.57	7,189,732.66
Rendimentos e ganhos nos restantes activos não financeiros	4,072,501.30	1,175,452.80
Outros	5,757,934.37	1,605,217.52
Total	120,383,512.00	13,643,760.17

34. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Outros Gastos e Perdas, tinha a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	4,435,982.20	2,642,219.34
Descontos de p.p. concedidos	42,316.57	538.81
Dividas incobráveis	1,038.63	48,572.53
Perdas em inventários	36,809.98	
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros		37,498.29
Gastos e perdas nos restantes investimentos não financeiros	1,478,428.23	928,628.04
Outros	3,118,680.68	1,640,883.00
Diferenças de cambio desfavoráveis operacionais	60,572,044.86	
Total	69,685,301.15	5,298,340.01

35. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os resultados financeiros apresentaram a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Juros e rendimentos similares obtidos	6,170,259.23	6,261,357.49
Juros obtidos	5,765,019.56	6,029,029.68
Dividendos obtidos	✓	✓
Outros rendimentos similares	405,239.67	232,327.81
Diferenças de câmbio favoráveis financeiras		
Juros e gastos similares suportados	38,562,542.04	26,131,113.73
Juros suportados	21,897,265.09	10,672,157.58
Diferenças de câmbio desfavoráveis financeiras	✓	✓
Outros gastos e perdas de financiamento	9,717,985.96	9,064,505.25
Resultados financeiros	-32,392,282.81	-19,869,756.24

36. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte decomposição:

(Unid: Eur)		
Rubricas	31-12-2013	31-12-2012
Activo	15,182,809.76	11,624,729.63
Imposto sobre o rendimento	5,961,587.30	1,408,155.76
Imposto sobre o valor acrescentado	✓	✓
Outros impostos	523,912.70	532,001.14
Passivo	5,833,273.71	5,843,445.67
Imposto sobre o rendimento	711,302.21	1,811,712.65
Retenção de Impostos sobre o rendimento	640,398.75	727,192.99
Imposto sobre o valor acrescentado	✓	✓
Contribuições para a segurança social	502,634.03	537,743.19
Outros impostos	✓	✓

A empresa e as suas participadas, a 31 de dezembro de 2013, não registam qualquer dívida em mora ao Estado e à segurança social.

37. GOODWILL

Os valores do goodwill apurados na aquisição de empresas subsidiárias, incluídas no perímetro de consolidação, respeitam às seguintes entidades:

(Unid: Eur)		
Denominação Social	2013	2012
Lena Eurometal Construct, S.A.*		1,796,818.00
Britatlântico, Lda.*		69,822.78
Construvil, Lda.*		505,684.26
Lena Construções Angola, Ltda	735,459.27	735,459.27
Maghreblena, Lda*		2,365.00
(Argélia) Sarl Lena Algérie*		765.66
Lena Construções Atlântico, S.A. *		9,260,241.61
Lena Engenharia e Construções (Madeira), S.A. *		4,671,428.57
Civilena, S.A. *		511,669.42
Lena Engenharia e Construções, S.A. **	80,177,318.63	
Total	80,912,777.90	17,554,254.57

* Desreconhecimento em 2013

** Decorrente das fusões ocorridas em 2013

38. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos ocorridos, durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2013, na rubrica de Interesses Minoritários, foram os seguintes:

(Unid: Eur)	
	2013
Saldo Inicial	98,771.91
Alterações ao perímetro de consolidação	2,208,458.98
Dividendos	
Alienação de participações financeiras	
Outras variações nos capitais próprios das empresas	-5,916.86
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	72,339.81
Saldo Final	2,373,653.84

39. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem outras informações adicionais.

Quinta-da-Sardinha, 13 de Maio de 2014

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

Joaquim Paulo Cordeiro da Conceição

José Simão Gomes de Paiva

Paulo Miguel Gonçalves da Silva Reis

Amílcar José Cortez Pinto Guerreiro

Manuel de Sousa Pereira

Apartado 1004 PC Quinta da Sardinha

2496-907 Santa Catarina da Serra, Leiria - PORTUGAL

Tel (+351) 244 749 100 • Fax (+351) 244 749 110

Email geral@grupolena.pt • Website: www.grupolena.pt